

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia juntamente com o parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O ano de 2015 foi marcado por grandes e importantes realizações para a Pamplona Alimentos S.A. inauguramos em junho, uma nova fábrica de produtos industrializados em Rio do Sul-SC, que ampliou a capacidade de produção de produtos embutidos em 11.000 toneladas ano, possibilitando uma importante mudança de patamar operacional e financeiro. Com tal investimento a Companhia prevê aumentar a sua participação nas vendas de industrializados para 42% da Receita Operacional Bruta (ROB) até 2018. Apesar de enfrentar um cenário macroeconômico desafiador em 2015, a Companhia manteve resultados consistentes na sua trajetória ascendente.

Focou a sua gestão na melhoria da eficiência operacional e financeira reforçando o desenvolvimento sustentável dos últimos anos, o que possibilitou a diversificação e o aumento do volume de vendas de produtos industrializados, ampliando o varejo em áreas onde detinha pequena participação de mercado, robustecendo o seu negócio com consequente incremento de resultados. Considerando a elevada competitividade no mercado, continuamos no aperfeiçoamento das melhores práticas de gestão, estas alinhadas aos princípios da Governança Corporativa, que possibilitaram à Companhia, ganhos em eficiência e nos gastos posicionais, que foram decisivos para o desempenho apresentado em 2015. A ROB totalizou R\$ 999,4 milhões, registrando um crescimento de 5,61% em relação a 2014. O EBITDA no período apresentou queda, R\$ 65,7 milhões, (margem de 7,24%), (13,86% em 2014), resultando um lucro líquido menor de R\$ 37,5 milhões (margem de 4,13%), (7,57% em 2014). Ressaltamos que, a geração do caixa operacional no período foi de R\$ 36,9 milhões e o investimento em imobilizado e intangível foi de R\$ 50 milhões (R\$ 66,6 milhões em 2014). Reconhecemos que, as conquistas e o

sucesso alcançado pela Companhia ao longo de 2015, performance já observada nos exercícios anteriores, se devem à consolidação do modelo de gestão centrado na busca continuada por eficiência e rentabilidade, à força das suas marcas e ao empenho dos seus colaboradores, que dedicam o melhor de seus esforços para garantir a oferta de produtos de excelência para nossos consumidores em todo o país e no exterior. A Pamplona Alimentos S.A. continuou investindo em 2015 no seu programa de melhoria contínua e de crescimento por meio da renovação das suas plantas industriais e agropecuárias, modernizando os processos industriais, atendendo assim as exigências dos mercados onde atua. Destaca-se o investimento de R\$ 75 milhões na nova fábrica de produtos industrializados em Rio do Sul-SC, parte financiada pelos bancos BNDES e Itaú, implantado no período de 2014 e 2015. Ciente dos desafios que se apresentam em função da dinâmica do mercado, a Companhia continuará em 2016 intensificando seus investimentos e esforços para o desenvolvimento da sua atividade e lucratividade, implementando ações conjuntas que visem à melhoria da eficiência operacional e a ampliação do

mix de produtos industrializados e processados. Ressalta também que manterá o foco no fortalecimento das suas marcas, do modelo de distribuição e na participação no mercado. Informamos que serão submetidas à deliberação da AGO/E, prevista para o dia 19 de Abril de 2016, as seguintes propostas: a) Destinação dos lucros acumulados do exercício de 2015, sendo: 1) Ratificação e homologação da distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 8,9 milhões, estes aprovados pelo Conselho de Administração em julho e dezembro de 2015; 2) Constituição de reserva legal no valor de R\$ 1,9 milhões; 3) Constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 28,4 milhões; b) Aumento de capital com subscrição de ações no valor de R\$ 4,8 milhões. A Pamplona Alimentos S.A. agradece a confiança e o apoio de seus clientes, acionistas, colaboradores, integrados, instituições financeiras e fornecedores, e reconhece que os resultados obtidos em 2015 são frutos do comprometimento do seu time.

A Administração
Rio do Sul, 15 de março de 2016

Balancos Patrimoniais | Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.832	75.124
Contas a receber de clientes	5	102.816	84.553
Estoques	6	51.579	36.807
Ativos biológicos	7	82.956	87.111
Impostos a recuperar	9	61.065	50.344
Outras contas a receber		1.853	3.611
		340.101	337.640
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	5.119	3.024
Impostos a recuperar	9	21.228	20.214
Outros créditos a receber		3.255	701
Ativos biológicos	7	17.366	18.162
Propriedades para investimentos		2.229	2.229
Imobilizado	11	289.047	256.821
Intangível		3.120	3.139
		341.364	304.290
Total do ativo		681.465	641.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo Circulante	Nota	2015	2014
Financiamentos e empréstimos	12	109.431	113.953
Fornecedores		89.251	87.432
Salários, encargos e contribuições sociais		14.876	12.575
Obrigações tributárias		6.182	3.437
Comissões a pagar		2.114	3.484
Dividendos e juros sobre o capital próprio	14	4.800	12.574
Outras contas a pagar		7.665	6.122
		234.319	239.577
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	70.033	67.991
Provisão para contingências	8	36.855	33.533
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	10	33.040	32.527
Obrigações tributárias		-	493
Outras contas a pagar		4.833	2.691
		144.561	137.235
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	132.700	123.800
Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	78.983	80.739
Reserva legal	13.c	6.784	4.911
Reservas de lucros	13.d	84.118	55.668
		302.585	265.118
Total do passivo e patrimônio líquido		681.465	641.930

(Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014	Nota	Em milhares de reais			
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2013					
Integralização de capital		1.800	84.238	1.632	5.448
Realização do custo atribuído	13.b	-	(5.301)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	1.802	-	(1.802)
Resultado do exercício		-	-	-	65.573
Constituição de reserva legal	13.c	-	-	3.279	(3.279)
Constituição de reserva de lucros	13.d	-	-	-	50.220
Dividendos	14	-	-	-	(11.373)
Ajuste de avaliação patrimonial	13	-	-	-	(4.200)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		123.800	80.739	4.911	55.668
Integralização de capital	13.a	8.900	-	-	-
Realização do custo atribuído	13.b	-	(2.661)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	905	-	(905)
Resultado do exercício		-	-	-	37.467
Constituição de reserva legal	13.c	-	-	1.873	(1.873)
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	(8.900)
Constituição de reserva de lucros	13.d	-	-	-	28.450
Saldo em 31 de dezembro de 2015		132.700	78.983	6.784	84.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. I CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos e bovinos, no processamento e industrialização de seus derivados e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtora de rações e oito granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e o abate e processamento dos animais até o abate e industrialização, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõe de quatorze centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, quatro em São Paulo, dois em Minas Gerais, dois no Rio de Janeiro, dois no Rio Grande do Sul e os demais nos estados do Paraná e Bahia. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; no mercado externo desde 1995. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posicionam-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 15 de março de 2016. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige o uso de estimativas e julgamentos em pontos de partida e em pontos de afetação a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 7 - Ativos biológicos; • Nota 8 - Depósitos judiciais e provisão para contingências; • Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos; • Nota 11 - Imobilizado.**

2. I BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 15 de março de 2016. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige o uso de estimativas e julgamentos em pontos de partida e em pontos de afetação a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 7 - Ativos biológicos; • Nota 8 - Depósitos judiciais e provisão para contingências; • Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos; • Nota 11 - Imobilizado.**

3. I PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidos na moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurada. As diferenças resultantes em períodos anteriores não são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (iii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (iv) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (v) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (vi) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (vii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (viii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (ix) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (x) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xi) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xiii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xiv) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xv) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xvi) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xvii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xviii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xix) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xx) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xxi) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xxii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xxiii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir também resultados recorrentes não reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Redução ao valor recuperável: (xxiv) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que o custo de aquisição do ativo exceda o valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrou em processo de falência. A evidência objetiva pode incluir



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

—★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

11. I IMOBILIZADO

a. Movimentação do custo e depreciação:

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de processo	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamentos e compra para entrega futura	Total
Movimentação do custo											
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91.880	91.791	56.151	2.491	11.246	897	3.285	268	1.438	—	259.447
Adições	1.444	485	7.071	159	188	625	638	125	26.292	29.540	66.567
Transferência	—	1.108	7.173	—	242	—	—	—	(8.523)	—	—
Baixas	—	(5)	(1.772)	(27)	(12)	(614)	(146)	(5)	(1.261)	—	(3.842)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	93.324	93.379	68.623	2.623	11.664	908	3.777	388	17.946	29.540	322.172
Adições	340	565	4.156	276	272	326	889	96	43.091	—	50.011
Transferência	—	17.230	27.736	—	7.714	—	58	1	(27.834)	(24.905)	—
Baixas	—	—	(862)	(38)	(1)	(281)	(78)	(23)	(6.465)	—	(7.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	93.664	111.174	99.653	2.861	19.649	953	4.646	462	26.738	4.635	364.435
Movimentação da depreciação											
Saldos em 31 de dezembro de 2013	—	20.895	26.311	1.577	6.252	315	2.511	202	—	—	58.063
Depreciação do exercício	—	3.301	3.980	195	1.133	88	305	29	—	—	9.031
Baixa	—	(3)	(1.457)	(8)	(7)	(132)	(133)	(3)	—	—	(1.743)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	—	24.193	28.834	1.764	7.378	271	2.683	228	—	—	65.351
Depreciação do exercício	—	3.458	5.203	204	1.285	110	417	50	—	—	10.727
Baixa	—	—	(552)	(29)	—	(15)	(76)	(18)	—	—	(690)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	—	27.651	33.485	1.939	8.663	366	3.024	260	—	—	75.388
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91.880	70.896	29.840	914	4.994	582	774	66	1.438	—	201.384
Saldos em 31 de dezembro de 2014	93.324	69.186	39.789	859	4.286	637	1.094	160	17.946	29.540	256.821
Saldos em 31 de dezembro de 2015	93.664	83.523	66.168	922	10.986	587	1.622	202	26.738	4.635	364.047
Taxa de depreciação	3,3%	4%	2,5%	20%	10%	3,3%	10%	20%	—	—	—

b. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade.

12. I FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2015	2014
Capital de Giro	CCB + 3,60% a.a.	2018	R\$	2.015	—
	4,50% a 10,50% a.a.	2020	R\$	57.522	46.685
	100% CDI + 0,28% a 0,50% a.m.	2019	R\$	16.463	23.030
	2,85% a 5,65% a.a. + variação cambial	2016	US\$	39.413	58.289
Investimentos					
BNDES	Juros de 6,5% a 8,00% a.a. + cesta de moedas	2024	R\$	9.181	6.243
	CCB + Juros de 4,50% a.a.	2022	R\$	837	973
	Juros de 2,50% a 6% a.a.	2024	R\$	53.399	46.724
Arrendamento mercantil	1,21% a.m.	2018	R\$	634	—
				<u>179.464</u>	<u>181.944</u>
				<u>109.431</u>	<u>113.953</u>
				<u>70.033</u>	<u>67.991</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2017	13.540
2018	13.407
2019	12.358
2020 - 2024	30.728
	<u>70.033</u>

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis, estoques e ativo biológico. A Companhia possui um empréstimo no montante de R\$ 16 milhões que possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está cumprindo todas as obrigações ("covenants") relacionadas ao empréstimo.

13. I PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social da Companhia está representado por 310.000 ações ordinárias sem valor nominal. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Em 23 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 8.900 com aumento de 10.000 ações ordinárias. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se ao do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários. **c. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituída em 31 de dezembro de 2015, em consonância à norma legal, o montante de R\$ 1.873. **d. Reservas de lucros:** Referem-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2015, o montante constituído de reserva de retenção de lucros de R\$ 28.450 destina-se para investimentos conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2016 e para capital de giro.

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona Presidente	Alidór Lueders Vice-Presidente	Elvio de Oliveira Flores Conselheiro	Milton Hobus Conselheiro	Edina Pamplona Conselheira	Osmar Peters Conselheiro	Guilherme de Borba Pamplona Conselheiro
--	--	--	------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------	---

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters Diretora Presidente	Júlio César Franzói Diretor Comercial	Sérgio Luiz de Souza Diretor Financeiro	Adilor Ascari Bussolo Diretor Industrial	Valdecir Pamplona Junior Diretor de Expansão e de Novos Negócios	Edival Justen Diretor de Suprimentos e Logística
---	---	---	--	--	--

Contador

Évis Justen CRC/SC - 028194/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Pamplona Alimentos S.A. Rio do Sul - SC
Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a Auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar

investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **(ii) Investimentos:** A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros que representa a exposição máxima ao risco de crédito está demonstrado a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	2015	2014
	39.832	75.124
Contas a receber de clientes	102.816	84.553
Total	142.648	159.677

(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período. **c. Risco cambial:** A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição cambial estava assim representada:

	2015		2014	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
Ativo				
Numerários em trânsito	3.250	12.689	8.895	23.626
Contas a receber	8.804	34.378	11.101	29.486
Passivo				
Empréstimos	(10.094)	(39.413)	(21.945)	(58.289)
Contas a Pagar	(237)	(927)	—	—
Exposição líquida	1.723	6.727	(1.949)	(5.177)

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. **d. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **e. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria. **f. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. **g. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **h. Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

i. Valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	26.046	26.046	45.198	45.198
Numerários em trânsito	12.689	12.689	23.626	23.626
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	102.816	102.816	84.553	84.553
Empréstimos e financiamentos	179.464	179.464	181.944	181.944
Fornecedores	89.251	89.251	87.432	87.432

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que passam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. • **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

16. I RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2015	2014
Receita operacional bruta		
Venda de produtos mercado interno	574.692	526.671
Venda de produtos mercado externo	422.531	417.042
Venda de mercadorias	2.198	2.630
	999.421	946.343
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(74.918)	(66.334)
Devoluções e abatimentos	(13.096)	(10.359)
Ajuste a valor presente	(3.829)	(3.837)
Receita operacional líquida	<u>907.578</u>	<u>865.813</u>

17. I DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	2015	2014
Custos e despesas de vendas e administrativas		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	591.007	522.354
Despesas com pessoal	67.987	60.947
Depreciações e amortizações	10.727	9.031
FGTS	5.907	4.558
Benefícios a empregados	1.393	1.178
Despesas com energia elétrica	22.064	12.611
Outras receitas e despesas	154.112	141.624
Total	<u>853.197</u>	<u>752.303</u>
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	763.105	663.079
Vendas	77.251	77.124
Administrativas e gerais	12.841	12.100
	<u>853.197</u>	<u>752.303</u>

18. I RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2015	2014
Receitas financeiras		
Juros ativos	9.867	7.097
Variações monetárias ativas	—	182
Variações cambiais ativas	19.614	12.300
Outros	283	206
	<u>29.764</u>	<u>19.785</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(19.156)	(20.617)
Variações monetárias passivas	—	(1.357)
Variações cambiais passivas	(15.878)	(9.703)
Outros	(688)	(856)
	<u>(35.722)</u>	<u>(32.533)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(5.958)</u>	<u>(12.748)</u>

19. I OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 15 de março de 2016

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-945569/O-4 T-SC